

**CONTRATO Nº 028/2024 – GGC/EMSERH
PROCESSO Nº 119.002/2022- EMSERH****CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA
MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES -
EMSERH E A EMPRESA CRUZEL COMERCIAL LTDA.**

CONTRATANTE: EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH, Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, estabelecida nesta Capital do Estado do Maranhão, na Av. Borborema, Qd. nº 16, Casa nº 25, Calhau – CEP: 65.071-360, inscrita no CNPJ sob o nº 18.519.709/0001-63, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. **MARCELLO APOLONIO DUAILIBE BARROS**, brasileiro, funcionário público, matrícula nº 11.748, inscrito no CPF sob nº 976.615.203-97 e portador da Cédula de Identidade nº 156623620004 (GEJUSC-MA) e pela Diretora Administrativa, a Sra. **LETÍCIA HELENA DO VALE FAÇANHA**, brasileira, matrícula nº 7.313, inscrita no CPF sob nº 026.470.503-33 e portadora da Cédula de Identidade nº 120015299-6 (SSP/MA), ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

CONTRATADA: Empresa **CRUZEL COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 19.877.178/0001-43, sediada à Rua Mariano Felix, nº 256, Casa Verde, São Paulo/SP, CEP.: 02.515-030, neste ato representada pelo Sr. **ANDRÉ PEREIRA DA CRUZ**, portador da Carteira de Identidade nº 50941168 e inscrito no CPF sob o nº 004.610.203-51.

Os **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, resolvem celebrar o presente Contrato, instruído no **Processo nº 119.002/2022-EMSERH** com fundamento na modalidade **LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 159/2023- CSL/EMSERH**, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 Este Contrato tem por objeto, a contratação de empresa especializada no **fornecimento de OPME – ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS – VASCULAR – Item 05**, para atender as necessidades das Unidades Hospitalares administradas pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares, conforme Termo de Referência e proposta adequada apresentada pela Empresa Contratada (anexa), partes integrantes deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

2.1 A Contratada deverá executar o presente contrato de acordo com as especificações da proposta apresentada **em anexo**, no que tange às suas características, atualizações e padrões de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis, devendo seguir as especificações e quantitativos homologados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor total deste Contrato é de **R\$ 13.179,00 (treze mil, cento e setenta e nove reais)**, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 A vigência desta contratação será de **24 (vinte e quatro) meses**, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, por interesse das partes, desde que autorizado formalmente pela autoridade competente.

CLÁUSULA QUINTA – DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

5.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte disponibilidade financeira: Unidade Orçamentaria: 21202; Unidade: EMSERH; **Despesa: 4-3-02-03-112 – OPME - VASCULAR.**

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. DO LOCAL

6.1.1. Os materiais deverão ser entregues na Central de Armazenamento Farmacêutico, localizada no endereço abaixo, no horário das **07:00hs as 16:00hs (CAF)**, em **dias úteis**.

UNIDADE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACEUTICO – CAF.	ESTRADA DA MAIOBA, Nº 324, CONCEIÇÃO, CEP: 65130-000.	PAÇO DO LUMIAR/MA

6.2. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.2.1. O material será entregue de FORMA PARCELADA, de acordo com a demanda e necessidade das Unidades, mediante Ordem de Fornecimento no **prazo 15 dias úteis após a emissão**.

6.2.2. De acordo com a RDC 14/2011, é necessário anexar às etiquetas dos produtos implantáveis nos prontuários dos pacientes “Art. 18. Para os materiais de uso em saúde implantáveis de uso permanente de alto e máximo risco, o fabricante ou importador deve disponibilizar etiquetas de rastreabilidade com a identificação de cada material ou componentes de sistema implantável. §1º Devem ser disponibilizadas no mínimo 3 (três) etiquetas para fixação obrigatória: no prontuário clínico, no documento a ser entregue ao paciente, e na documentação fiscal que gera a cobrança”. Para cumprimento da mesma, solicita-se que cada unidade dos produtos seja entregue com, no mínimo, as 03 etiquetas exigidas dentro de suas embalagens.

6.2.3. Entrega provisória: em **05 (cinco) dias úteis** mediante apresentação da entrega dos materiais hospitalares, acompanhado da nota fiscal;

6.2.4. Entrega Definitiva: após verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação que se dará em **15 (quinze) dias úteis** do recebimento provisório, e se tiver de acordo as especificações técnicas;

6.2.5. O prazo de validade dos materiais será no mínimo de **02 anos após da data da entrega**.

6.2.6. Caso o material apresente algum vício ou avaria, a empresa deverá fazer a substituição do material em no máximo **05 dias úteis**.

6.3. INÍCIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.3.1. O prazo de entrega dos medicamentos será de **15 dias úteis** após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – TREINAMENTOS

7.1. A Contratada deverá fornecer cursos e treinamentos, práticos e teóricos, para médicos, residentes de medicina, enfermeiros e instrumentadores, visando ao correto uso do material e a educação continuada sobre o uso dos mesmos, de acordo com cronograma a ser estabelecido pela EMSERH (Local, data e hora);

7.2. Os Treinamentos serão administrados durante a Vigência do Contrato nas UNIDADES HOSPITALARES abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	HOSPITAL REGIONAL DE PEDREIRAS
2	HOSPITAL GERAL DE MATÕES DO NORTE
3	HOSPITAL REGIONAL ADÉLIA MATOS FONSECA
4	HOSPITAL REGIONAL DE GRAJAÚ
5	HOSPITAL REGIONAL DE MORROS
6	HOSPITAL REGIONAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE PRESIDENTE DUTRA
7	HOSPITAL REGIONAL MATERNO INFANTIL DE IMPERATRIZ
8	HOSPITAL REGIONAL ALARICO NUNES PACHECO - TIMON
9	HOSPITAL GERAL DE PERITORÓ
10	HOSPITAL MACRORREGIONAL DE COROATÁ
11	HOSPITAL REGIONAL DE ALTO ALEGRE DO MARANHÃO
12	HOSPITAL REGIONAL DE CAXIAS DR EVERALDO FERREIRA ARAGÃO
13	HOSPITAL REGIONAL DE TIMBIRAS
14	HOSPITAL REGIONAL DE BARREIRINHAS
15	HOSPITAL DE PAULINO NEVES
16	SANTA LUZIA DO PARUÁ
17	HOSPITAL MACRORREGIONAL DE IMPERATRIZ DRA RUTH NOLETO
18	HOSPITAL REGIONAL DE CHAPADINHA
19	HOSPITAL REGIONAL DE BARRA DO CORDA
20	HOSPITAL AQUILES LISBOA
21	HOSPITAL DE CUIDADOS INTENSIVOS-HCI
22	HOSPITAL DA ILHA

7.3. Além dessas unidades, que contamos no quadro da EMSERH hoje, devemos contar com as que poderão entrar na lista, durante o período de vigência do Contrato.

7.4. Para todo TREINAMENTO deverá ser feito um relatório com ATA DE REGISTRO DE PRESENÇA DOS FUNCIONÁRIOS, cuja cópia ficará à disposição da CONTRATANTE, disponibilizada pela CONTRATADA em até 24hs após os mesmos.

7.5. Os TREINAMENTOS deverão ser realizados durante o Horário de Assistência Técnica. Só poderão ser executados em outros dias e horários, com prévia autorização da CONTRATANTE.

7.6. Os TREINAMENTOS deverão ser feitos por Enfermeiro (a) qualificado para tal procedimento (COREN vigente e com Certidão Negativa).

7.7. O mínimo de TREINAMENTOS nas unidades será de 03 vezes a cada TRIMESTRE, em cada unidade que necessite, de acordo com a CONTRATANTE, podendo ser mais, dependendo do quantitativo de funcionários.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela contratada;

- 8.2 Receber o objeto deste contrato, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas;
- 8.3 Rejeitar, no todo ou em parte, o que estiver fora das especificações deste Contrato;
- 8.4 Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado neste Contrato;
- 8.5. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.
- 8.6. Notificar à Contratada, por escrito, em caso de ocorrência de eventuais deficiências e/ou irregularidades, para tomar todas as providências para a correção, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação.
- 8.7. Gerenciar o presente contrato, acompanhar, fiscalizar, conferir, atestar o fornecimento e avaliar as obrigações da Contratada bem como o preço e a descrição do(s) objeto(s) contratado(s),
- 8.8. Convocar/Notificar a CONTRATADA via e-mail, ou telefone, para sanar possíveis irregularidades ocorridas na execução do presente contrato;
- 8.9. Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- 8.10. Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) que antecedem o prazo de vencimento da entrega, o(s) motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto.
- 8.11. Não permitir que "outrem" cumpra as obrigações a que se sujeitou (aram) a(s) contratada(s).
- 8.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Comunicar à contratante a existência de qualquer anormalidade que notar referente ao objeto do contrato;
- 9.2 Providenciar a correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação;
- 9.3 Acatar todas as orientações do setor competente indicado pela contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados;
- 9.4 A fiscalização da contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta;
- 9.5 A Contratada deverá pautar sua atuação, referente à execução do objeto deste contrato, nas diretrizes organizacionais da EMSERH que descreve sua missão, visão e valores, conforme publicado em seu website <http://www.emserh.ma.gov.br>, **com vistas a contribuir para a qualidade e eficiência no âmbito da Política Estadual de Saúde do Maranhão**. É obrigatório que a contratada tome ciência e oriente seus empregados em manterem comportamento coerente com essas diretrizes;
- 9.6 A CONTRATADA deverá se abster de permitir ou tolerar que seus empregados e trabalhadores prestadores de serviço sejam expostos, direta ou indiretamente, às situações caracterizadoras de assédio moral (situações humilhantes e constrangedoras, decorrentes ou não de discriminação, repetitivas e prolongadas durante jornada de trabalho e no exercício de suas funções).
- 9.7. Fornecer os medicamentos em conformidade com o descritivo de acordo com as Normas Técnicas vigentes e com as especificações técnicas, em perfeitas condições, em conformidade com

o prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9.8. Manter sempre um preposto, aceito pela EMSERH, formalmente designado para representá-la na execução das atividades pertinentes ao objeto do contrato.

9.9. Comunicar a Contratante a existência de qualquer anormalidade que notar nos medicamentos e que não possa ser eliminada nos termos deste contrato.

9.10. Providenciar a correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação.

9.11. Arcar com todas as despesas, tributos, obrigações trabalhistas, previdenciárias, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham incidir sobre os produtos ofertados;

9.12. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, que antecedem a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação. Ocasão em que poderá solicitar a dilação do prazo para a entrega dos medicamentos.

9.13. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.15. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – FISCAL DE CONTRATO

10.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pela EMSERH, que será designado como fiscal pela CONTRATANTE, para exercer essa atribuição em conformidade com os dispositivos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH que forem aplicáveis, bem como com o Manual do Fiscal de Contratos/EMSERH.

10.2 Os servidores designados como fiscais de contrato serão distribuídos entre:

10.2.1 FISCAL ADMINISTRATIVO, que:

a) desempenhará atividade de supervisão administrativa do contrato, repassando as informações da execução para os setores da EMSERH envolvidos na fiscalização. Preferencialmente, possuirá conhecimentos técnicos compatíveis com o objeto da contratação e será ligado ao setor solicitante da contratação. Serão nomeados: fiscal administrativo titular e suplente;

b) emitirá Ordem de Serviço/Fornecimento, dando ciência ao representante da empresa (preposto) sobre as condições de entrega, quantidades e qualidades, sempre por ato formal. Também será responsável pela emissão dos demais instrumentos necessários à comunicação entre as partes, viabilizando a regularidade do fluxo de informações que servirão para compor o Relatório de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos.

10.2.2 FISCAL TÉCNICO, que acompanhará diretamente a execução do contrato. Esse fiscal também terá, preferencialmente, conhecimento técnico acerca do objeto contratado, caso isso seja necessário ao pleno exercício da fiscalização. Serão nomeados: fiscal técnico titular e suplente.

10.3 Todos os Fiscais terão prerrogativas e atribuições para exercer, como representantes da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 Caberá, objetivando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, conferência e aceite definitivo da Nota Fiscal ou Fatura, de acordo com as condições constantes neste contrato e em consonância com as demais exigências administrativas em vigor, através de transferência bancária em favor da CONTRATADA:

BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4298-6 CONTA CORRENTE: 15428-8.

12.2 Para as empresas que envolvam contratações de mão de obra o pagamento somente será liberado 03 (três) meses após a extinção da relação contratual, desde que reste demonstrada a quitação das verbas trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação.

12.3 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, mediante a apresentação de NOTA FISCAL, FATURA ou RECIBO (consoante o objeto do contrato), a ser emitido e entregue pela Contratada.

12.3 O documento referido no subitem anterior será protocolado na EMSERH no mês subsequente ao da execução dos **fornecimento**, através de Ofício, encaminhado à Contratante, onde devem constar todas as informações necessárias para sua devida quitação, devendo ainda estar de acordo com as normas fiscais vigentes. As Notas Fiscais, Faturas ou Recibos deverão ser apresentados conforme disposto nesta cláusula, e em todos os casos serão apresentados em **intervalo não inferior a 15 (quinze) dias**;

12.4 A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal, da Fatura ou do Recibo, e demais documentação necessária ao pagamento, ou a sua apresentação com incorreções ou ausência de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento pelo mesmo número de dias correspondente ao atraso ou ao tempo necessário à correção das inconsistências verificadas. Nesse caso não caberá à CONTRATADA qualquer acréscimo no valor devido, tendo em vista que a demora se deu por sua única e total responsabilidade;

12.5 A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal as especificações dos **fornecimento** de modo idêntico àquelas constantes do objeto do Contrato;

12.6 A Nota Fiscal, a Fatura ou o Recibo serão atestados pela CONTRATANTE através do fiscal do contrato, observadas as normas contratuais e as administrativas vigentes;

12.7 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar na EMSERH os documentos abaixo relacionados, consoante o disposto na **Portaria nº 90, de 25 de março de 2019 – GAB/EMSERH, veiculada no Diário Oficial do Estado do Maranhão no dia 10 de abril de 2019, em seu caderno executivo**:

12.7.1 Solicitação da Empresa (contendo os dados bancários para pagamento);

12.7.2 Nota Fiscal Eletrônica ou Fatura atestada pelo Fiscal Técnico do Contrato contendo as seguintes informações:

I) No campo das observações, inserir o número do contrato, da Ordem de Fornecimento/Ordem de Serviço e da Unidade de Saúde.

II) No caso de prestação de serviços, também incluir:

a) As retenções na fonte e suas alíquotas;

b) Alíquota do Simples Nacional (ISS);

c) Local da prestação dos Serviços;

d) Código do serviço e sua descrição;

12.7.3 Cópia da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento;

12.7.4 Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

12.7.5 Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

12.7.6 Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa Estadual;

12.7.7 Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

12.7.8 Cadastro Estadual de Inadimplente - CEI;

12.8. Em casos de empresas sediadas no Estado do Maranhão, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade, ou compatível com o objeto contratual;

12.9. Cópia do Contrato e das Publicações do Extrato do Contrato e da Portaria do (s) Fiscais do Contrato no Diário Oficial do Estado (quando houver);

12.10. Cópia do Termo de Aditivo (quando houver) e das Publicações do Extrato do Termo Aditivo e da Portaria do(s) Fiscais do Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado;

12.11. Os documentos mencionados nos itens 12.7.4 a 12.7.7 podem ser substituídos, total ou parcialmente, por declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), desde que obedecido o disposto no art. 4º do Decreto nº 3.722/2001;

12.12 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

12.13. A CONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais, quando a legislação assim exigir;

12.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REVISÃO

13.1 Caberá revisão nos preços contratados para mais ou para menos, conforme o caso, quando houver criação, alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

14.1 Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações, em relação ao objeto contratado, a CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

a) **Advertência por escrito**, cabível nas hipóteses nas quais o descumprimento contratual não cause prejuízo, em qualquer esfera, à EMSERH, e que não seja ensejadora de outra penalidade;

b) **Multa de até 5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do Contrato, no caso da CONTRATADA não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Ordem de Fornecimento, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

c) **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.2 A multa a que alude o subitem anterior não impede que a EMSERH rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas no Regulamento Interno de Licitação e Contratos da EMSERH;

14.3 As sanções previstas alíneas “a” e “c” do subitem desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”, do mesmo subitem, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis;

14.4 A sanção prevista na alínea ‘c’, do item 14.1 deve ser dosada de acordo com o tamanho do prejuízo provocado, e deve ser graduada em branda: 01 (um) a 06 (seis) meses de duração, média: 07 (sete) a 12 (doze) meses de duração e grave: 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) meses de duração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

15.1 A CONTRATADA poderá aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARAGRAFO ÚNICO - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS

16.1 De acordo com a natureza e as características do objeto do contrato, para o qual é **facultativa** a elaboração de matriz de riscos, tal instrumento não integrará a presente relação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE

17.1 É admitido o reajustamento dos preços dos contratos, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses;

17.2 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, sendo observada atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

17.3 Os valores dos insumos pactuados somente poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação da proposta;

17.4 Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa da contratada, será aplicado o índice **IGPM**, conforme Portaria nº 352/2022/GAB/EMSERH, de 1º de Julho de 2022, que dispõe;

I – Nas contratações em que o objeto se tratar de **Fornecimento ou Aluguéis**, será aplicado o **Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM**.

17.5 O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação dos últimos 12 (doze) meses, tendo por marco inicial a data limite para apresentação da proposta;

17.6 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste;

17.7 A prorrogação contratual sem prévio pedido de reajuste ratifica todas as cláusulas contratuais, operando-se a preclusão lógica quanto a eventuais pleitos de atualização de preços;

17.8 O reajuste de preços dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a EMSERH, das condições e dos preços contratados;

17.9 Os reajustes serão formalizados por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento;

17.10 O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1 Constituem motivo para rescisão do contrato, por sua inexecução total ou parcial, desde que de maneira motivada, os seguintes casos:

I - de forma unilateral, após decisão transitada em julgado em processo administrativo onde será garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo assegurados eventuais direitos ao contratado;

II - por acordo entre as partes, desde que conveniente a ambos e não gere prejuízo à EMSERH;

III - por determinação judicial.

Parágrafo único: Constituem motivos para a rescisão contratual, de forma unilateral, dentre outros:

I – o não cumprimento, total ou parcial, das especificações referentes à execução contratual, ou o seu cumprimento irregular;

II – a desobediência dos prazos de execução, inclusive os referentes ao seu início;

III – a suspensão da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação por parte da Contratada;

IV – nas situações que tornam a relação contratual inviável ou indesejável, desde que resultantes de caso fortuito ou força maior, regularmente demonstrado em processo administrativo;

V – subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratual não admitidos no edital ou no contrato;

VI – dissolução da sociedade ou falecimento do contratado, bem como decretação de falência ou instauração da insolvência civil da Contratada;

VII – alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que, a nova situação prejudique a execução contratual.

18.2. – Também constituem motivo para rescisão do contrato:

I – assinatura de novo contrato com o mesmo objeto contemplado neste instrumento contratual;

II – a rescisão antecipada ou o término do prazo de vigência (sem prorrogação) do **contrato de gestão** correspondente, devidamente instruída em processo administrativo específico;

III – a modificação do contrato de gestão que resulte na alteração do perfil das unidades de saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO

19.1 O presente Contrato poderá ser alterado. As alterações contratuais deverão se dar mediante a celebração de Termo Aditivo, de acordo com a vontade das partes, observadas as disposições previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH. Na hipótese de reajustamento do Contrato e demais alterações contratuais que não constituam modificação da essência da avença, e que não alterem cláusulas essenciais à contratação, devem ser formalizadas por simples apostilamento, restando dispensada a realização de aditamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto no presente instrumento contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

21.1 O presente instrumento de Contrato se vincula integralmente ao instrumento convocatório da licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance e/ou proposta apresentados pela Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA HABILITAÇÃO

22.1 A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

23.1 Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelo disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, na lei, nos princípios de direito administrativo bem como pelos preceitos de direito privado e demais legislação pertinente à matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CONSULTA DO CEI

24.1 As realizações de pagamentos e dos eventuais aditamentos a este Contrato feitos em favor da Contratada ficam condicionadas à inexistência de registro junto ao Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI, consoante determina o art. 6º, da Lei Estadual nº 6.690, datada de 11 de julho de 1996.

PARÁGRAFO ÚNICO: Constatada a existência de registro da Contratada no CEI, a EMSERH não realizará os atos previstos na Cláusula de Pagamento, por força do disposto no **art. 7º, da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

25.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES

26.1 Qualquer comunicação entre as partes respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO

27.1 Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro da Comarca de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 As condições estabelecidas no edital farão parte deste contrato, independentemente de estarem aqui transcritas;

28.2 E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato em 1 (uma) via, perante a presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

28.3 Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

São Luís (MA), 11 de Janeiro de 2024.

Paulo E. P. Cardoso Ronchi
Paulo E. P. Cardoso Ronchi
Diretor Executivo de Planejamento,
Governança e Inovação
Matrícula: nº 12462/EMSERH
Portaria nº 428/2022/GAB/EMSERH

MARCELLO APOLONIO DUAILIBE BARROS
Presidente da EMSERH
Matrícula nº 11.748

Letícia Helena do Vale Façanha
LETÍCIA HELENA DO VALE FAÇANHA
Diretora Administrativa
Matrícula nº 7313 / EMSERH

LETÍCIA HELENA DO VALE FAÇANHA
Diretora Administrativa da EMSERH
Matrícula nº 7.313

**ANDRE PEREIRA DA
CRUZ:00461020351**

Assinado de forma digital por ANDRE
PEREIRA DA CRUZ:00461020351
Dados: 2024.01.09 09:55:59 -03'00'

ANDRÉ PEREIRA DA CRUZ
Responsável pela Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Leandra Maria Andrade Pinto
CPF: Leandra Maria Andrade Pinto
Consultora De Contrato
Matrícula 12.710

Nome: CECILIA RENE DE CARVALHO BRITO
CPF: CECILIA RENE DE CARVALHO BRITO
CONSULTORA DE CONTRATOS
Matrícula: 13900/EMSERH

AUTENTICAÇÃO DE ASSINATURA

Assinatura de ANDRE PEREIRA DA CRUZ

parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

X e _____ de 2024.

Propriedades da assinatura

Assinatura é VÁLIDA, assinada por ANDRE PEREIRA DA CRUZ-00461020351 <ANDRE@CRUZEL.COM.BR>
Hora da assinatura: 2024.01.09 09:55:59 -03'00'
Fonte de origens confiáveis obtida de Adobe Approved Trust List (AATL)

Resumo da validade

- Os documentos não foram modificados após a aplicação da assinatura.
- O autor especificou que o preenchimento de formulário, assinaturas e comentários são permitidos neste documento. Nenhuma outra alteração é permitida.
- A identidade do assinante é válida.
- O horário de assinatura é o que consta no computador do signatário.
- A assinatura foi validada na hora da assinatura: 2024.01.09 09:55:59 -03'00'

Informações do signatário

- O caminho do certificado do assinante até um certificado de emissor foi criado de forma satisfatória.
- O certificado do assinante é válido e não foi cancelado.

Mostrar certificado do assinante

Validar assinatura Fechar

Propriedades avançadas

Assinatura digital por ANDRE PEREIRA DA CRUZ-00461020351
Matrícula nº 7.313
Assinado de forma digital por ANDRE PEREIRA DA CRUZ-00461020351
Dados: 2024.01.09 09:55:59 -03'00'

ANDRE PEREIRA DA CRUZ
Responsável pela Contratada

TESTEMUNHAS:
Nome: _____
CPF: _____

São Luís (MA), _____ de _____ de 2024.

Status de verificação de assinatura

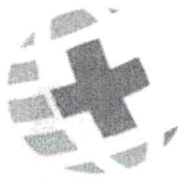
A assinatura é VÁLIDA, assinada por ANDRE PEREIRA DA CRUZ-00461020351
- Os documentos não foram modificados após a aplicação da assinatura
- A identidade do assinante é válida

Propriedades de assinatura... Fechar

ANDRE PEREIRA DA CRUZ-00461020351
Matrícula nº 7.313
Assinado de forma digital por ANDRE PEREIRA DA CRUZ-00461020351
Dados: 2024.01.09 09:55:59 -03'00'

ANDRE PEREIRA DA CRUZ
Responsável pela Contratada

TESTEMUNHAS:
Nome: _____
CPF: _____



CRUZEL

DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES



EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2023 PC. 119.002/2022-EMSERH
ABERTURA: 13/07/2023 AS 15:00 HORAS.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
05	CATETER DE FORGATH-CATETER PARA EMBOLECTOMIA ARTERIAL, EXTRATOR DE ÊMBÓLOS E TROMBOS ARTERIAIS, EM POLIURETANO FLEXÍVEL, COM BALÃO EM LÁTEX, GUARNIÇÃO DE LUER-LOCK EM PVC RÍGIDO, MANDRIL EM AÇO INOXIDÁVEL, RADIOPAÇO, GRADUADO, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 82CM, ACOMPANHADO COM SÉRINGA PARA INSUFLAÇÃO COMPATÍVEL E ADEQUADA À CAPACIDADE DO BALÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, Nº 5 MARCA / FABRICANTE: RAWAMED / HAGMED MODELO: EM580 PROCEDÊNCIA: POLÔNIA – RMS: 10150470414	UND	100	R\$ 131,79	R\$ 13.179,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA – R\$ 13.179,00
(TREZE MIL CENTO E SETENTA E NOVE REAIS)

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
CAIXA ECONÔMICA	1371	2073-2
BANCO DO BRASIL	4298-6	15428-8
BRADESCO	2776-6	21315-2

VALIDADE DA PROPOSTA: 150 (CENTO E CINQUENTA) DIAS CORRIDOS CONTADOS DA DATA DA SUA APRESENTAÇÃO.

PRAZO DE PAGAMENTO: 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA, NOS TERMOS DO ART. 5º, § 3º, DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

PRAZO DE ENTREGA: 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO EM DUAS PARCELAS.

CONDIÇÕES DE ENTREGA: AS DESPESAS DE FRETE / EMBALAGEM ESTÃO INCLUSAS NO PREÇO PROPOSTO, E EM HIPÓTESE ALGUMA SERÃO DESTACADAS QUANDO DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL / FATURA.

PRAZO VALIDADE E GARANTIA DO PRODUTO: 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.

"DECLARAMOS PARA TODO E QUALQUER EFEITO QUE ESTAMOS DE ACORDO COM AS NORMAS CONTIDAS NO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 159/2023, E QUE NOS SUJEITAMOS A LEI FEDERAL Nº. 8666/93, ATUALIZADA PELA LEI FEDERAL Nº. 8883/94 E DEMAIS LEIS QUE REGEM A PRESENTE LICITAÇÃO".

SÃO PAULO, 14 DE JULHO DE 2023

ANDRÉ PEREIRA DA CRUZ
SÓCIO
RG 50.941.168-X CPF 004.610.203-51